LENDU
LINGUAGEM
ENSINO
EDUCAÇÃO

RECONHECENDO AS JUVENTUDES A PARTIR DO PROJOVEM URBANO

Samira de Moraes Maia Vigano
samirammvigano@gmail.com[1]
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin[2]
hermínialaffin@gmail.com

RESUMO

Trata-se de um artigo que busca contextualizar quem são os jovens que fizeram parte do Programa Nacional de Inclusão – ProJovem Urbano. Busca-se aspectos relevantes ocorridos no estado de Santa Catarina, no período de 2008 a 2012. Objetiva-se ampliar o debate em relação às identidades juvenis, estendendo a discussão para o entendimento do conceito de juventudes. Inicia-se descrevendo o programa, o público alvo, carga horária, benefícios e o currículo. O ProJovem Urbano é um programa de elevação de escolaridade, que engloba a qualificação profissional e a participação cidadã. Desenvolve-se, em um segundo momento, o debate sobre os jovens que fizeram parte do programa, resgatando alguns dados coletados durante a sua execução. Identifica-se o perfil dos estudantes amparado em referenciais teóricos que busquem subsidiar a compreensão da temática juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: ProJovem Urbano; Juventudes; Escolaridade.

RECOGNIZING THE YOUTHS FROM THE URBAN PROJOVEM

ABSTRACT

This is an article that seeks to contextualize who are the young people who were part of the National Program for Inclusion - Urban ProJovem. Seeks to relevant aspects occurring in the state of Santa Catarina, in the period 2008 to 2012. It aims to broaden the debate regarding youth identities, broadening the discussion to understand the concept of youths. It begins by describing the program, the target audience, hours, benefits and the curriculum. The ProJovem Urban education is a lifting program, which includes the qualification and citizen participation. Widens in a second moment, the debate on young people who were part of the program, recovering some data collected during implementation. Identifies the profile of students supported in theoretical frameworks that seek to support the understanding of youth theme.

KEYWORDS: Urban ProJovem; Youth; Education.

---

[1] Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGE - UFSC, membro do grupo de pesquisa de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - EPEJA. Tutora presencial do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE. Bolsista do programa UNIEDU Pós-Graduação.
[2] Professora orientadora da dissertação de mestrado que foi extraído esse artigo. Doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do grupo de Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos - EPEJA, Pós-Doutoranda da UNEB.

1 Introdução

Ao pensar em criar e recriar ideias, compreender e me reconhecer como produtora e produto em um espaço/tempo, entendendo que meu eu social não está separado do eu profissional e que toda experiência é válida e nos faz crescer e aprender com o novo, com o diferente, com outras formas de ver e entender o mundo; encontrei-me com a motivação de compartilhar as experiências vividas durante 2008 a 2012, período em que atuei no Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano (PJU), como coordenadora pedagógica, e nesses momentos que passei nos núcleos, reconheci naqueles jovens, novas maneiras de refletir sobre essa etapa da vida.

Sempre é bom pensar no lugar de onde se fala, olhar as práticas e percursos seguidos, já que, as reflexões se traduzem nas relações vividas, sejam elas sociais e/ou profissionais, sem distinção, pois todas elas constituem nossa identidade, seja enquanto docentes ou enquanto sujeitos.

Por conseguinte, o presente artigo tem por objetivo discutir e reconhecer os aspectos relacionados aos jovens que fizeram parte do Programa Nacional de Inclusão Social. Baseando-se na contextualização breve do que é o programa, reconhecendo a importância das políticas públicas de acesso à escolarização, tomando como referência a elevação de escolaridade e a formação das identidades juvenis, privilegiando os desdobramentos ocorridos dentro do estado de Santa Catarina.

2 O ProJovem Urbano

O ProJovem Urbano (PJU) faz parte da Política Nacional de Juventude implantada pelo Governo Federal, em 2005. O programa foi instituído pela lei n° 11.692 de 10/06/2008 e regulamentado pelo decreto n° 6.629 de 04/11/2008.

Inicialmente o programa chamou-se ProJovem Original e atendeu jovens de 18 a 24 anos, que haviam cursado até a quarta série e não tinham vínculo empregatício.

Com base nos dados do IBGE e do PNAD (2007), a equipe técnica do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do programa, realizou em 2007, um levantamento populacional, com o objetivo de diagnosticar o público potencial do programa, no que se referiu a sua escolaridade, faixa etária e empregabilidade. Nesse estudo foi constatado que o

programa deveria sofrer algumas modificações, deixando primeiramente de se chamar ProJovem Original, passando a ser chamado de ProJovem Urbano. Nesta transição houve a ampliação da faixa etária do programa, indo de 24 anos para 29 anos e não foram mais exigidos os estudos até a quarta série do ensino fundamental, de forma que os jovens deveriam apenas ser alfabetizados. As alterações também contemplaram jovens que estavam no mercado formal e informal de trabalho, além de jovens que estavam em unidades prisionais, ou cumprindo medidas socioeducativas.

A estrutura do ProJovem compõe a Política Nacional Integrada voltada às demandas recorrentes à área sócio educacional, nas áreas urbanas, prisionais e do campo, dividindo-se em: ProJovem Urbano, ProJovem do Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente. Nesse sentido, de acordo com o PPI do PJU, vale ressaltar que o programa foi feito com base em uma intervenção de emergência para atender jovens que estavam fora da escola e pertencentes a uma parcela social economicamente empobrecida. Muito mais que atender os jovens que estavam sem escolaridade, o programa assume uma nova proposta curricular, que articula o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem (PPI – Projeto Político Integrado, 2008).

A seu turno, as políticas públicas voltadas à juventude se destinam, em geral, a atuar com formação para o trabalho, com cidadania ou com escolaridade. O PJU, por sua vez, é visto como inovador em vários aspectos, pois abrange três dimensões, consideradas como necessárias para o desenvolvimento do ser humano: a elevação de escolaridade (por meio de certificação dos jovens no ensino fundamental), qualificação profissional (formação em áreas diversas e afins, para o trabalho) e a participação cidadã (dimensão aplicada para trabalhar questões relacionadas à comunidade e à cidadania). Em relação ao público atendido, devem ser jovens entre 18 e 29 anos, que não tenha terminado o ensino fundamental, mas que sejam alfabetizados.

O princípio fundamental dessa política de juventude é a integração entre formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Como resultado, busca-se reconhecer cada um como cidadão de direito, considerando as especificidades da condição juvenil[3] e a necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram. Por se tratar de um programa de inclusão, o ProJovem tem o propósito de romper com o ciclo de reprodução de

3 Para condição juvenil, entende-se como uma etapa do ciclo da vida, de ligação entre uma fase (infantil) e a outra (adulta), caracterizado não mais como um período de preparação para esta vida adulta, mas uma etapa marcada por características culturais e históricas (ver Abramo, Kehl, Krauskopf, entre outros).

desigualdades, disponibilizando aos jovens a articulação entre a educação básica, cidadania, cultura, informática e formação profissional.

Como incentivo para a participação e permanência, os estudantes recebiam um auxílio financeiro de R$ 100,00 mensais, desde que obtivessem uma frequência mínima de 75% e efetuassem as atividades didáticas propostas pelo curso naquele período avaliado.

A carga horária do curso era de 2.000 horas, sendo 1.440 presenciais e 560 não presenciais, a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos consecutivos. Essa carga horária dividiu-se da seguinte forma: 972 horas de formação Básica (FB - professores das áreas do ensino fundamental, como matemática, português, ciências da natureza, ciências humanas e inglês), 390 horas de qualificação profissional (QP - professores das áreas de formação profissional) e 78 horas de participação cidadã (PC - professores que atuavam com projetos de ação social com os alunos nas comunidades, ministrada por profissionais da área de serviço social, pedagogia ou psicologia).

Em Santa Catarina, o programa foi implementado em nível estadual, pela primeira vez, em 2008, por intermédio da Secretaria Estadual de Planejamento e pela Coordenação Estadual de Juventude, por meio de uma parceria feita entre os governos (estadual e municipais – nos municípios onde o programa foi aplicado), através de um termo de adesão, que estabelecia as condições e responsabilidades de cada ente para a realização do programa.

As atividades no estado foram realizadas em 14 cidades, tendo como pretensão o atendimento de um público de 8 mil jovens, nos municípios de: Araquarí, Balneário Camboriú, Barra Velha, Biguaçu, Camboriú, Criciúma, Içara, Itajaí, Itapema, Lages, Navegantes, Palhoça, São João Batista e São José, dividindo suas ações em 37 unidades escolares da rede estadual ou municipal, denominadas pelo programa de núcleos de atendimento do ProJovem Urbano.

O programa seguiu as diretrizes nacionais para a execução no estado de Santa Catarina. O material didático veio diretamente da coordenação nacional e a formação dos professores e da coordenação local, foi realizada pela Fundação Darci Ribeiro (FUNDAR), e pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE). tendo como paramêtro, o atendimento dos jovens e os aspectos relacionados a sua inclusão social.

A coordenação do programa recebia a formação através da coordenação nacional do PJU, sendo 24 horas de formação inicial e 32 horas de formação continuada, para

compreender todo o Projeto Político Pedagógico do PJU, a implementação do programa, a finalidade, a atuação com os jovens, as exigências, a carga horária, as leis e diretrizes.

Em relação à formação dos professores, esta era um pouco mais abrangente que as demais, já que eles estavam diretamente em contato com os jovens. Nesse caso eram: 160 horas de formação inicial (antes de começar o programa) e 216 horas de formação continuada, divididas em 12 horas mensais.

De acordo com o Projeto Político Integrado do ProJovem (PPI, 2008), o objetivo da formação é de construir novos processos identitários, nos quais cada professor se veja simultaneamente e inseparavelmente como um perito que domina o seu trabalho, sua área de conhecimento, sua atividade e seu saber fazer, sendo capaz de repensar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação.

O ProJovem Urbano se mostrou como atrativo aos jovens de Santa Catarina, principalmente nos municípios em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não era efetivada, e também, por conciliar a elevação de escolaridade, com a qualificação profissional, oportunizando o recebimento de uma bolsa auxílio, que garantia a permanência dos alunos e os subsídios para o seu deslocamento até o núcleo.

Tais recursos se mostram como eficientes e atrativos para os jovens de baixa renda, pois, muitas vezes, a vontade de retornar aos estudos esbarra na falta de recursos financeiros ou alimentação. Vale ressaltar que os núcleos do PJU de Santa Catarina serviam refeições para os estudantes, feitas por merendeiras e supervisionadas por nutricionistas.

Esse olhar para os jovens que fizeram e fazem parte do PJU, se consolidou por meio de pesquisas realizadas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação e a cada encerramento de atividade, o perfil do aluno foi revisto, o que contribui para estruturar e aprimorar o programa.

3 As juventudes do ProJovem Urbano

Primeiramente, devo expor o porquê de usar o termo juventude no plural. A utilização do termo juventudes é decorrente dos estudos que se referem aos sujeitos da EJA e as suas mais variadas formas de interação, ou seja, a diversidade de pessoas que se encontram em uma mesma sala de aula. Tal utilização, indica o respeito às singularidades dos sujeitos: "Empregar a expressão *juventudes* para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que

confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens" (AQUINO, 2009, p. 31). Essa diversidade pode ser entendida dentro de duas categorias: a categoria de condição juvenil, que é expressa conforme cada sociedade, de forma que cada grupo social lida e representa seus jovens, percebendo-os como sujeitos que, em determinado período da vida, têm transformações psicofísicas e sociais advindas da sua socialização (FURINI, DURAND e SANTOS, 2011); e a categoria referente à situação juvenil, que se refere às trajetórias percorridas pelos jovens, "por meio de diferentes recortes: de classe, de gênero, de etnia, além de questões regionais, locais e dos grupos culturais nos quais estão inseridos. Grupos que fazem parte de suas vivências e que oportunizam ou dificultam a sua constituição e construção do ser jovem" (FURINI, DURAND e SANTOS, 2011, p. 175).

É preciso, também, considerar, que existe o fator geracional que define as juventudes de acordo com cada condição que lhe foi dada, seja por situações socioeconômicas específicas ou por padrões de discriminação e preconceitos (AQUINO, 2009). Esse diálogo geracional tem relação com a interação vivenciada entre os jovens e os adultos, em um espaço de troca de experiências, seja com a família, com a escola, ou com o mundo do trabalho. Os aspectos geracionais são singulares, e inéditos, pois cada momento é associado a sua realidade de mundo, de sociedade, já que:

> [...] não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria. (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2008, p. 04)

Os desafios e resultados diários que envolvem um programa com toda essa dinâmica e abrangência, causaram uma transformação que possibilitou não somente o desenvolvimento dos jovens, mas do próprio professor que se envolveu com a proposta, já que o envolvimento docente e a aproximação professor/aluno é um dos fatores de permanência dos jovens no programa.

Como já exposto anteriormente, o PJU atende jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas que não possuem o ensino fundamental. Muitos nunca frequentaram a escola

regular, aprenderam a ler e escrever na rua, com colegas e vizinhos, outros, cursaram até a oitava série, mas não terminaram. Moram em áreas periféricas, são traficantes, prostitutas, mães e pais de família, estão em liberdade assistida, em situação de conflito com a lei, são trabalhadores autônomos ou registrados, são migrantes, religiosos, usuários de drogas, abandonados, marginalizados, mas todos fazem parte dessa diversidade de sujeitos que as mais variadas EJAs atendem. Em vista disso, entendeu-se que a categoria juventude se apresentou socialmente como uma etapa da vida comumente associada à delinquência, comportamento de risco e a drogadição, entre outros (AQUINO, 2009). Tal configuração de juventude como "categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões da desordem social, impondo a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público" (AQUINO, 2009, p. 25). Ainda trazendo os estudos de Aquino, verificou-se que a juventude é também uma fase transitória para a vida adulta, que exige um esforço coletivo, principalmente da família e da escola, "no sentido de "preparar o jovem" para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Tendo como referência central o conceito de socialização" (AQUINO, 2009, p. 25). Nesse sentido, entende-se como socialização, as etapas organizado de maneira a incutir nos jovens alguns elementos socioculturais incorporados no/do mundo adulto, ou seja, ser trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros. E ao final de todo esse processo formativo, o jovem já com características de adulto, poderia adentrar a sua nova fase do ciclo da vida, mais estável (AQUINO, 2009). "Sob este enfoque, os "problemas" do comportamento juvenil foram redefinidos, passando a ser compreendidos como desvios ou disfunções do processo de socialização" (AQUINO, 2009, p. 25).

Há de se considerar também, as transições hormonais e inquietações relacionadas à falta de saber a que lugar pertence, característica visivelmente apresentada na juventude, pois ora são considerados "novos" demais para algumas situações, ou "velhos" demais para outras (AQUINO, 2009). A juventude é nada mais que uma construção social, histórica, cultural e relacional e de classe; concebida em uma faixa etária e etapas de desenvolvimento e amadurecimento, mas que, embora seja uma construção social, possui uma dimensão simbólica com marcadores específicos; todavia, reduzi-la apenas a essa dimensão empobrece seu significado e desmaterializa a formação de identidades próprias de cada sujeito (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2008). Em consonância com Carrano (2007), essas identidades

juvenis, podem ser compreendidas de acordo com três recortes: o primeiro é referente ao espaço ou território construído ou representado pelos atores juvenis; o segundo recorte, tem relação com a alteridade, ou seja, a necessidade de pertencimento a um grupo; e por fim, o terceiro recorte, tem à necessidade de demonstrar que a identidade juvenil tem que se mostrar aparecer, para poder se fortalecer. "Os jovens atores urbanos transformam o espaço dado e anônimo da cidade em território onde constroem laços objetiváveis, comemoram-se, celebram-se, inscrevem marcas exteriores em seus corpos que servem para fixar e recordar quem são" (CARRANO, 2007, p. 7-8).

Segundo o IBGE, em 2006, os jovens brasileiros, entre 15 a 29 anos somam mais de 51 milhões de pessoas, ou seja, 27% da população total. Não são poucos, mas em muitas situações, tem sua identidade marcada pela invisibilidade, impossibilitando o seu reconhecimento enquanto sujeitos pertencentes e constituidores da sociedade.

Para compreender e localizar os jovens dentro de uma faixa etária que corresponda a características específicas e buscando verificar de quando a quando vai à juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) dividiu da seguinte forma: 15 a 17 como jovem-adolescente, 18 a 24 como jovem-jovem e 25 a 29 como jovem-adulto (AQUINO, 2009). Dessa forma, Aquino (2009) alerta que, o prolongamento da juventude não está somente relacionado com aspectos referentes ao mundo do trabalho, mas também, a incorporação de papéis, em que os jovens começam a desejar ser adultos, a desejar ter a independência financeira, que se modificaram, e o jovem quer permanecer o maior tempo possível jovem. "As relações intergeracionais foram profundamente modificadas, passando da marca da autoridade à da liberalidade" (AQUINO, 2009, p. 27).

Claro que não se pode restringir essas questões apenas às faixas etárias, pois é preciso abarcar os "artefatos e costumes, o corpo, a indumentária e o comportamento", que possuem, tais como "sexo, idade, fases, anseios etc., [...] cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações" (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2008, p. 04).

Os sujeitos da educação para jovens e adultos, são sujeitos moradores de espaços populares, que produzem territórios de identidade singular; todavia são por meio dessas identidades juvenis, que demonstram os estigmas que simbolizam um certa afirmação coletiva, exteriorizada no uso de bonés, roupas e demais adereços que identificam um grupo.

Não obstante, todos esses aspectos contribuem para dar visibilidade social aos sujeitos e demarcar os espaços (CARRANO, 2007). Nesse sentido:

> Esse movimento que atribui à juventude relevância per se coincide com o fortalecimento crescente dos grupos de jovens – grupos de estilo, vanguardas artísticas, movimentos sociais e políticos, entre outros – como espaços privilegiados de construção da identidade e exercício da sociabilidade. As referências que circulam nestes espaços de interação e convivência ganham relevo à medida que preencham o vazio deixado, de um lado, pela inadequação das instituições tradicionais especialmente a escola – às demandas e aos interesses dos jovens e, de outro, pela persistência de certa ambiguidade na definição do papel social do jovem, exacerbada no contexto de prolongamento da juventude. Neste sentido, é paradoxal o fato de que, enquanto a passagem dos bancos escolares para o mundo do trabalho se torna cada vez mais incerta, ameaçando a redefinição da identidade do jovem segundo os cânones homogeneizadores da vida adulta, suas possibilidades de identificação são multiplicadas pela vasta pluralidade de (sub) culturas juvenis. (AQUINO, 2009, p. 29)

Em relação ao público atendido pelo programa no estado de Santa Catarina, ele será apresentado a partir das pesquisas realizadas nos quatorze municípios partícipes do programa, com cerca de dois mil quinhentos e sessenta alunos (2560). Esse levantamento foi parte das atividades do grupo que coordenava o programa no estado, entre os anos de 2008 e 2012 e também foi inserido na dissertação de mestrado da autora desse artigo.

Nesse levantamento, verificou-se que a maioria era de mulheres, cerca de 62%, ou seja, mais da metade do público atendido; já em relação à cor/etinia, cerca de 72% se autodeclararam negros ou pardos; sobre a constituição familiar, em torno de 58% tinham filhos, 84% moravam na comunidade em que havia o núcleo e 77% eram responsáveis diretos pelo sustento próprio ou dos demais membros de sua residência.

Os dados expostos "mostram que, apesar dos avanços, as deficiências do sistema escolar brasileiro continuam produzindo grandes contingentes de pessoas, principalmente negras, com escolaridade insuficiente" (PASSOS, 2002, p. 102). Em sendo assim:

> As desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) fazem-se refletir nos mais diferentes aspectos da vida social, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra. No campo da educação, por exemplo, constata-se que o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. A taxa de frequência líquida (estudantes que frequentam o nível de ensino adequado à sua idade) dos jovens negros é expressivamente menor que a dos jovens brancos, tanto no ensino médio como no superior. Na faixa de 15 a 17 anos, que corresponde ao período em que se espera que o jovem esteja cursando o ensino médio, os brancos apresentam taxa de frequência líquida de 58,7%, contra 39,3% dos negros. No ensino superior, a desigualdade entre jovens brancos e negros torna-se ainda maior: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência líquida para os brancos é de 19,8%, enquanto para os negros é de 6,9%, diferença quase três vezes maior em favor dos jovens brancos. Pode-se

> lembrar ainda o fato de que os jovens negros estão sobrerrepresentados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precariedade que a dos jovens brancos. (AQUINO, 2009, p. 32)

Não obstante, as questões de gênero demonstram também, grande influência na formação das turmas, a exemplo do município de Barra Velha – SC, que tinha aproximadamente 80% de alunas mulheres. A mulher que, culturalmente, teve que assumir a casa e os filhos, devido à cultura patriarcal, teve ou tem pouco acesso à escolarização e se apresenta na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em maioria, essas desigualdades entre os gêneros, ocorrem em todas as faixas etárias. "Cabe aos homens, por mais jovens que sejam, trabalhar para garantir a subsistência da família – daí o fato de procurarem mais cedo o mundo do trabalho ou permanecerem na inatividade (estudando ou não) quando não são chefes de domicílio" (AQUINO, 2009, p. 34).

As questões pautadas por meio da perspectiva de gênero são relevantes para compreender um pouco mais as juventudes, pois é nas relações de equidade entre homens e mulheres, e também, nos aspectos relacionados a questões sociais, que são gerados os preconceitos e as discriminações. A mulher se tornou a responsável pelo cuidado da casa e dos filhos e, para isso, muitas deixaram seus estudos. Mesmo com o avanço dos movimentos de igualdade de gênero, a mulher ainda encontra dificuldade em afirmar seu espaço.

Segundo Arroyo (2005, p. 22) esses sujeitos são "jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo, da periferia", envolvidos em questões de ordem social, imbricados na etapa da rebeldia e de moratória social (AQUINO, 2009). Traz-se aqui a compreensão de moratória social como forma de entender o que é ser jovem para cada classe social. O caminho para a inserção no mundo do trabalho da juventude, e pertencente a famílias mais pobres, é repleto de incertezas, pois, muitas vezes, eles têm que ocupar funções precárias, o que não os possibilita vislumbrar ou progredir numa carreira profissional (CARRANO, 2007, p. 5).

O relatório do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do ProJovem Urbano disponibilizou alguns dados referentes aos jovens que participaram das atividades do PJU, na sua primeira edição, em vários estados do Brasil, que contribuem para reconhecimento das identidades juvenis. Esse dados, se traduzem pelos seguintes números em relação a distribuição por gênero: 53% dos jovens atendidos no programa são mulheres; como relação a idade dos participantes do PJU, de acordo com o SMA, a metade deles tem entre 21 e 22

anos de idade, e em relação a cor, 70,8% declararam-se pardos ou negros. Os dados, também, retratam questões referentes a escolaridade anterior dos jovens partícipes do programa, nesse aspecto foi constatado que: 15% cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 53%, até a 5ª ou 6ª; e 33%, até a 7ª; 10% não souberam identificar a última série cursada com êxito. Apenas 6% cursaram supletivos ou classe de aceleração, indicando que a grande maioria havia tentado anteriormente concluir o ensino fundamental regular (PPI, 2008).

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano, além, de trazer os dados referenciados acima, também constatou que: 77,5% são solteiros, 73% são chefes de família, 53% têm filhos. Dentre os alunos e alunas que cursaram o PJU, 20% dos jovens afirmaram que nunca trabalharam e 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade; 44% obtiveram o primeiro trabalho em 2005 ou 2006, desses números, apenas 10% obtiveram emprego com vínculo formal (carteira de trabalho registrada pelo empregador); 70% dos que trabalham não têm carteira assinada e 60% ficaram menos de seis meses no trabalho, em 2005; mais da metade dos que trabalham nunca fizeram curso profissional e 90% deles ganham menos que o salário mínimo (PPI, 2008).

A relação social desses jovens que fizeram parte do PJU, era em geral, dentro de suas comunidades, percebe-se bem isso, através dos dados do SMA do programa, onde demonstrou que: 84% moram na comunidade há mais de cinco anos, enquanto 6% chegaram há menos de dois anos; 46% convivem com grupos de até cinco amigos; mais de 50% não participam de qualquer associação; 83% nunca atuaram como voluntários; 60% vão à igreja ao menos uma vez por semana. A relação com o espaço/território em que moram ou moravam se constitui como um vínculo de segurança para os sujeitos jovens, entretanto, as relações com o bem público, como os seus direitos, já não se dão da mesma form. Tais dados se apresentam da seguinte maneira: 98% possuem título eleitoral e 56% votariam, mesmo se o voto não fosse obrigatório; 71% votaram no referendo sobre porte de armas; 87% não participam de qualquer outro programa federal para educação (PPI, 2008).

De maneira geral, os dados trazidos pelo SMA do PJU demonstraram que, o perfil dos estudantes em várias regiões do Brasil, é bem próximo aos dados levantados no estado de Santa Catarina. Um público predominantemente feminino, de cor/etnia parda ou negra, com uma trajetória escolar descontínua, com baixa renda, baixo poder aquisitivo e com oportunidades precárias de inserção no mercado do trabalho, de maneira que, os dados demonstraram, segundo Aquino (2009), que, a falta de oportunidade e as precárias

perspectivas para a juventude negra no Brasil, são seguidas de alarmantes dados de violência, que se configuram em um quadro trágico, impactando não apenas às "perspectivas de futuro destes jovens, mas efetivamente às suas probabilidades de manterem-se em vida" (AQUINO, 2009, p. 33).

Outros dados que ajudam a caracterizar as juventudes do PJU/SC, relação à evasão dos alunos, são os seguintes: A necessidade de trabalhar, gravidez não planejada, envolvimento com atividades ilícitas, mudança de cidade ou bairro, proibição dos companheiros, maridos ou namorados (principalmente para as mulheres), falta de incentivo familiar ou problemas com os professores/escola. Assim, essas circunstâncias se mostraram recorrentes nas falas dos jovens, ao se referirem ao seu afastamento da escola.

Em Santa Catarina a evasão foi de cerca de 60%. De acordo com algumas anotações realizadas em conversas feitas com os jovens que evadiram, muitos disseram que saíram do PJU porque tinham que trabalhar, cuidar dos filhos, por causa do uso de drogas ou brigas de gangues rivais nos núcleos (motivadas muitas vezes pelo tráfico). Tais problemas fizeram com que muitos jovens desistissem dos estudos, já que a decisão de estudar, muitas vezes, é tomada em meio de fragilidades e qualquer dificuldade é motivo para o afastamento. Outro motivo de evasão que foi frequente no estado de SC, ocorreu nos municípios litorâneos, em virtude do programa ter 18 meses concecutivos (sem férias), pois, no período de temporada - férias (dezembro, janeiro e fevereiro), muitos jovens deixavam o programa para poder trabalhar nas praias ou em empregos temporários. Novamente, aparece aqui, a necessidade de trabalho para os jovens das famílias de classes populares, mesmo que sem carteira assinada ou apenas por algum período, em que a busca pela renda diária, supera a vontade/necessidade de estudar. Dessa forma, a questão do trabalho, na Educação de Jovens e Adultos, é uma questão que merece atenção e destaque. Pois são sujeitos que estão no mundo do trabalho, ou desejam iniciar essa etapa, e por isso, buscam a escolarização e/ou a qualificação. Até mesmo, àqueles jovens que não tiveram ainda, uma experiência de trabalho, atribuem grande importância à escola para conseguirem uma profissão (GONÇALVES, 2012).

Aparece, aqui, um grande desafio para o poder público: o de oferecer políticas eficazes, com vistas ao reconhecimento das várias juventudes. Programas de âmbito nacional são importantes para atingir os jovens que se encontram fora da escola, entretanto, não podem ser realizados com uma proposta única e fechada para todas as regiões, já que cada localidade tem uma característica diferente, de forma que a regionalidade deve ser fator de identificação

do currículo. Os sujeitos do PJU agem no mundo, reconhecem o saber como uma necessidade, apropriam-se do social e apresentam suas posições e interesses que garantem sua participação social (CHARLOT, 2001).

Assim, as políticas que atuam com processos educativos para jovens e adultos devem trabalhar sob a ótica de múltiplas especificidades, por essa condição plural, diversificada e singular, pois não se trata de apenas uma juventude, mas de juventudes (FURINI, DURAND e SANTOS, 2011). Em um mesmo espaço, há pessoas com diversas culturas e histórias de vida, com experiências sociais e geracionais que divergem e se aproximam, que se encontram e desencontram, em questões do mundo do trabalho, das desigualdades, das discriminações, na fragilização social, nas práticas de consumo, no desamparo familiar, enfim, em diversas dimensões que se caracterizam dentro de uma dinâmica social conflituosa.

Olhar para os jovens com vistas a compreender a pluralidade existente nessa fase, trará uma nova dimensão para a descrição das políticas de atendimento, identificando os desafios a serem enfrentados e também contribuirá para uma formação docente que perceba esses sujeitos nas condições de vida de diferentes contextos sociais e regionais.

4 Considerações Finais

Considerando que as temáticas que envolvem as diversas juventudes tem uma discussão recente, tornou-se importante verificar como há pesquisadores preocupados com o assunto e como as políticas públicas para a juventude vem buscando integrar e assegurar o direitos dos jovens nos mais variados programas. De acordo com Cohn (2004), “as formas de inserção social hoje são múltiplas e diversificadas, [...] e os paradigmas tradicionais de regulação social do capitalismo moderno, em termos de subordinação/autonomia dos sujeitos sociais, estão em processo de profunda transformação”. Mesmo que ainda sem muitos instrumentos que reconhecem os jovens como protagonistas de sua história, há uma forte preocupação em reconhecê-los como sujeitos fazedores de seu espaço social e cultural.

A constituição de políticas destinadas a atender a juventude se traduz como um esforço no sentido de identificar pontos de estrangulamento que prejudicam o andamento e crescimento do país (de acordo com os debates nacionais e de políticas de atendimento aos jovens): a “juventude, bem como as questões usualmente associadas à condição juvenil vem orientando, com peso ora mais decisivo, ora menos, as ações direcionadas aos jovens” (AQUINO, 2009, p. 35). Geralmente tais ações se configuram em políticas públicas pontuais,

que concentram suas ações nas áreas de educação e trabalho; e acabam por não se estruturarem, de fato, como "políticas de juventude, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação de jovens e minimizar seu envolvimento em situações de risco" (AQUINO, 2009, p. 35).

Não obstante, a relevância da temática juvenil contribui para o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito, pertencentes a um grupo social singular. O perfil dos jovens do PJU apresentou aspectos que devem ser considerados nas políticas públicas de elevação de escolaridade. Questões referentes a gênero, raça/etnia, mercado de trabalho, dentre outras, demonstram que a condição juvenil não é a mesma para todas as classes sociais. Todavia, tornou-se evidente que os jovens que fizeram parte do ProJovem Urbano, seja em âmbito nacional, como na esfera estadual, se assemelharam em algumas características.

São jovens que sofrem privações, não apenas pela situação de pobreza, mas por estarem em situação de vulnerabilidade social. Sposati (2009), aborda o conceito de vulnerabilidade social, de acordo com os riscos sociais existentes, ou seja, quanto maior a possibilidade de correr riscos sociais, mais vulneráveis estamos: "Essa pluralidade de situações deriva da combinação das várias dimensões socioeconômicas e evidencia-se na análise dos indicadores sociais dos jovens brasileiros" (AQUINO, 2009, p. 31).

Ao comparar as diferenças existentes entre homem e mulher, percebeu-se, ainda mais, as desigualdades em relação ao gênero. E ao se observar a cor/etnia dos jovens que fizeram parte do PJU, evidenciou-se que os sujeitos que se encontram em maior vulnerabilidade social, se declaram como pretos ou pardos; e as relações de desigualdade, sejam referentes a gênero ou a cor/etnia, carregam marcas históricas e culturais, decorrentes de uma sociedade patriarcal, capitalista, sexista e escravagista.

Outro fator que se mostrou relevante para o entendimento da juventude do PJU, tem relação com a necessidade de trabalhar. Não são apenas estudantes, são trabalhadores, e a busca pelo sustento diário, se sobrepõe ao desejo de estudar.

Não obstante, esse breve artigo não tem a pretensão de esgotar toda a temática das juventudes, mas de levantar questões referentes às peculiaridades das identidades juvenis, contribuindo, assim, para mais e melhores, políticas públicas.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R. e ESTEVES, L. C. G. (orgs).

Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2008.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla; CASTRO, Jorge A. (org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

BRASIL, Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano**. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2008.

BRASIL, Coordenação GT de Avaliação do Programa. **Cadernos Temáticos do ProJovem:** Survey II, Educadores. Sistema de Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2011.

BRASIL, Coordenação GT de Avaliação do Programa. **Cadernos Temáticos do ProJovem:** Dimensão Práticas Docentes. Sistema de Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2011.

CARRANO, Paulo César. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". In: **Reveja - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, ago. 2007.

CHARLOT, Bernard (Org). **Os jovens e o saber:** perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

COHN, A. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação e participação. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2004.

FURINI, Dóris R. M.; DURAND, Olga Celestina da S.; SANTOS, Pollyana. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, espaços e múltiplos saberes. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GONÇALVES, Rita de Cassia. Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org). **Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Presidência da República, PME. Setembro, Brasília: 2007.

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Org.). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.